



## GT 055. Povos e Comunidades Tradicionais: estratégias de mobilização política, reconhecimento e luta pela garantia de direitos

Claudina Azevedo Maximiano (Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas) - Coordenador/a, Thereza Cristina Cardoso Menezes (CPDA-UFRRI) - Coordenador/a, Maria Helena Ortolan (UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS-UFAM) - Debatedor/a, Alfredo Wagner Berno de Almeida (universidade Estadual do Maranhão) - Debatedor/a, Maria José da Silva Aquino Teisserenc (Universidade Federal do Pará) - Debatedor/a

O reconhecimento dos direitos dos povos e comunidades tradicionais vigentes a partir da Constituição Federal de 1988 trouxe como desdobramentos políticas específicas, principalmente no que diz respeito à assistência estatal nas áreas de educação, saúde, economia e regularização de terras. Tais direitos foram se consolidando através da ação desses agentes sociais, concretizado nos diversos movimentos sociais que em suas pautas reivindicatórias trouxeram para o cenário político brasileiro as demandas de garantias de direitos específicos e diferenciados. Esse Grupo de Trabalho (GT) pretende reunir pesquisadores interessados em analisar comparativamente, por meio da apresentação de pesquisas a atuação dos agentes sociais, indígenas, ribeirinhos, quilombolas, artesãos entre outros. As articulações e lutas pelo reconhecimento e por afirmação dos direitos conquistados e, ainda a fragilização e ameaças aos direitos conquistados no atual contexto sociopolítico brasileiro serão os objetos das discussões e reflexões desse GT. O objetivo é refletir e possibilitar discussões sobre as estratégias utilizadas pelos povos e comunidades tradicionais na perspectiva do fortalecimento das lutas pela reafirmação de direitos conquistados, sobretudo o que tange a educação, saúde e a defesa dos territórios tradicionalmente ocupados.

### **Estado e cidadania: um olhar sobre os direitos indígenas no atual cenário político brasileiro.**

**Autoria:** Giovanna Gabrielle Costa Lourinho, Luiz Guilherme Alfaia da Silva.

Este work visa fazer uma investigação de como estão sendo outorgados os direitos indígenas no atual cenário político brasileiro, a partir do ano de 2016, em que foram aferidas manobras institucionais para a privação de direitos à terra, educação, diversidade e saúde a estes povos. Isto é, de que forma o Estado tem influenciado para a garantia desses direitos? Nossa hipótese é de que o mesmo utiliza-se de articulações políticas para a promoção de um retrocesso, no que tange as conquistas geradas pelos novos ordenamentos constitucionais e legais para o favorecimento do Estado e de terceiros, seguindo assim um caminho contramão, no que concerne os direitos indígenas. Portanto, o objetivo deste work é compreender como estão ocorrendo esses retrocessos no atual âmbito político brasileiro e quais são os impactos provocados por estes no contexto estatal e indígena. Para isso, far-se-á uma análise documental das principais deliberações postuladas pelo Estado, em relação aos povos indígenas, tais como PEC 215, Parecer 001/2017 da AGU, assim como a utilização de entrevistas para a fomentação de dados pertinentes aos direitos indígenas.

[Trabalho completo](#)



**Realização:**



**Apoio:**



**Organização:**

